



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO  
MEIO AMBIENTE – COMDEMA  
IRATI – PARANÁ**



1 **Ata nº 05/2022**, da reunião extraordinária do COMDEMA, realizada em 12 de  
2 maio de 2022. A vice-presidente Carla Spak iniciou apresentando aos  
3 conselheiros um material proveniente de apresentação pelos empresários junto  
4 ao CONDIR sobre o loteamento Gomes. A presidente pediu aos conselheiros  
5 para realizar uma análise do material disponibilizado, e realizar conversas entre  
6 os conselheiros, e após, tomar ciência das mudanças apresentadas no projeto,  
7 e do porquê das mesmas, para posteriormente manifestar-se como Conselho.  
8 Dr<sup>a</sup>. Gabriela, do MP, perguntou se a documentação apresentada foi produzida  
9 pelo empreendimento. A presidente disse que sim, sendo que Ângelo reiterou  
10 que o processo foi apresentado pela incorporadora responsável, e o mesmo  
11 solicitou a impressão do material para avaliação. Dr<sup>a</sup>. Gabriela considerou que o  
12 documento apresenta equívocos, desde a citação da ação civil pública,  
13 indicando prova pericial reconhecendo inexistência de nascente na área do  
14 empreendimento; informa que não foi isso o determinado na ação civil pública e  
15 que o interessado perdeu as apelações e o processo encontra-se na  
16 competência do Superior Tribunal de Justiça. Reitera que o que foi determinado  
17 é que devido a inconsistência dos laudos apresentados à justiça, foi anulado o  
18 processo, que deve ser recomeçado, iniciando um novo loteamento. A Dr<sup>a</sup>.  
19 Gabriela leu o teor do julgamento da sentença da ação. Informa haver  
20 desencontro de informações entre o julgamento e a documentação apresentada  
21 ao Conselho. Ângelo comentou que avaliou a lei municipal nº4231, que recebeu  
22 informações sobre a apresentação do material pelo empreendimento e solicitou  
23 a impressão do mesmo ao Conselho. Dr<sup>a</sup>. Gabriela comentou a possibilidade de  
24 disponibilizar cópia da sentença do processo. A Presidente Carla Spak comentou  
25 sobre haver a possibilidade de ser disponibilizado. Ângelo comentou que há  
26 divergências entre o apresentado e a legislação analisada; diz que não se  
27 considera julgador e sim conselheiro. Dr<sup>a</sup>. Gabriela comentou que o interessado  
28 desistiu da ação e o MP então a assumiu, na qual os laudos e a documentação  
29 já estavam todos apresentados no processo, já no final da fase de instrução.  
30 Solicitou ao CAOP que viesse in loco e produzisse um laudo pericial como prova  
31 do juízo; o mesmo não aceitou devido ao decurso do prazo. Carla Spak comenta  
32 que o documento disponibilizado é a visão do empreendedor; que ela tem de ser  
33 avaliada; realizar como COMDEMA, documentação ao CONDIR para poder  
34 avaliar o processo com proximidade, já que cabe ao Conselho acompanhar a  
35 área ambiental. Comentou que alterações de leis, como a proposta, são  
36 avaliadas pelo CONDIR e, caso aprovadas, vão para a apreciação da Câmara  
37 Municipal. Caso alterada [a legislação], o loteador apresentará novo projeto.  
38 Carla considera uma linha muito tênue e a avaliação deve ser bem aprofundada.  
39 Solicita auxílio também ao MP e a Dr<sup>a</sup>. Gabriela comenta que o MP, na proteção  
40 ambiental, não é contrário ao empreendimento, não vê problemas; vê que  
41 projetos auxiliam no desenvolvimento da cidade, mas que o MP também quer  
42 proteção ambiental. Considera encaminhar a sentença, a apelação, o laudo



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO  
MEIO AMBIENTE – COMDEMA  
IRATI – PARANÁ**



43 ambiental. Carla comenta que pode realizar a solicitação formal pelo Conselho.  
44 Ângelo comenta que pediu a documentação impressa para a avaliação, inclusive  
45 com anexos, mas que por inviabilidade não foi disponibilizada pela Secretaria.  
46 Diana considera que são muitas páginas para impressão. Ângelo comentou que  
47 avaliará todas as páginas. Diana comentou que seria interessante a impressão  
48 de uma cópia e deixá-la na sede do Conselho para consulta. Dr<sup>a</sup>. Gabriela  
49 comentou a situação dos laudos apresentados no processo; as divergências  
50 entre os laudos apresentados; que considerou a sentença pertinente, sobre a  
51 anulação da documentação anterior e reformulação dos laudos; considera até  
52 uma forma de o juiz não vetar o empreendimento. Diana comentou sobre alguns  
53 anexos do documento. Wanderlei Perdoncini comentou que prestou serviços no  
54 local e que anteriormente era desmatado; que com o tempo a vegetação cresceu  
55 novamente. Carla Spak comentou sobre o segundo assunto da pauta, sobre a  
56 participação em conjunto com o CONDIR, e que há uma comissão que avalia a  
57 alteração de legislação sobre a reorganização das áreas consolidadas em  
58 relação à distância dos rios; que o Código Florestal apresenta uma área de 30  
59 metros de distância e que quando o STF deu parecer considerando o Código  
60 Florestal, gerou um imbróglio, pois muita coisa já havia se consolidado ao longo  
61 do tempo. A questão é sobre o que é considerado consolidado, se é o que já foi  
62 construído, e que a lei apresenta alguns parâmetros, que Irati, em um termo  
63 difícil, é uma gamela, e como considerar esta questão de liberação de metragem  
64 ao longo do rio nas áreas centrais e nas áreas dos bairros. Que Irati é afetada  
65 por enchentes, em especial nas áreas centrais; comentou sobre o episódio da  
66 enchente de 2014; que é necessário um mapeamento hídrico do município de  
67 Irati, para não criar situações de inviabilizar novos empreendimentos, mas sem  
68 prejudicar as áreas centrais, por ser já consolidadas. Que a cidade cresceu ao  
69 lado do rio e que, apesar de obras serem realizadas, esta condição não se  
70 alterará. Pergunta se o Condema pode utilizar o recurso do Fundo de Meio  
71 Ambiente para contratar uma empresa para prestar este serviço. Que já existe  
72 um estudo realizado, já apresentado no Plano Diretor, mas que há pontos a  
73 serem reconsiderados. Diana comentou que em alguns pontos o rio das antas  
74 foi alterado de curso. Que se o consolidado é o que é já construído ou obras  
75 novas podem ser interpretadas como consolidadas. Carla comentou que o  
76 Fundo pode ser utilizado para esta finalidade, mas que é necessária parceria  
77 com a Secretaria de Meio Ambiente e a de Urbanismo para realizar o projeto.  
78 Que isso é uma questão de urgência na avaliação deste ponto, em especial pelo  
79 andamento de novas construções ao longo das margens dos rios. Carla Spak  
80 questiona à Dr<sup>a</sup>. Gabriela qual é o entendimento legal do termo consolidado, e  
81 Dr<sup>a</sup>. Gabriela comentou que pode avaliar o que há de jurisprudência sobre a  
82 questão, mas reitera que como o tema é recente talvez não haja  
83 questionamentos a respeito no poder judiciário. Ângelo comentou que esta  
84 alteração é sobre o ambiente urbano; que a legislação diz 30 metros, mas o



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO  
MEIO AMBIENTE – COMDEMA  
IRATI – PARANÁ**



85 município pode alterar de acordo com sua avaliação e necessidade. Carla diz  
86 que o estudo deve ver o que deve ser avaliado para empreender no município;  
87 que deve estar explícito que “se for construir em cima é isto, se for construir em  
88 baixo é isto”. Ângelo comentou sobre algumas questões de alagamento. “Não  
89 adianta disponibilizar área, fazer um Solaris e dar 60 metros de margeamento,  
90 mas com áreas com declive de 45 metros. Que não pode construir em morros.  
91 Diana e Carla comentam que construíram, mas que a intenção é que não ocorra  
92 mais situações assim. Carla Spak comenta a respeito das questões sobre  
93 construção no novo plano diretor. Sobre as questões dos reservatórios internos,  
94 que não pode ser utilizada a água reservada; que ela poderia ser utilizada como  
95 cisterna. Diana comenta que a finalidade deste reservatório é apenas para  
96 reduzir o fluxo da água, e não ser utilizada como cisterna. Angelo Antonio  
97 Delponte, representante da Campo Real, comenta da existência de projetos  
98 assim em outros municípios, e comenta a respeito das questões técnicas. Que  
99 isso é para centros urbanos e que não se enquadraria em alguns bairros da  
100 cidade, como o Riozinho, com mais áreas permeáveis. Que tanto os arruamentos  
101 quanto as construções devem ser avaliadas, por ocasionarem a  
102 impermeabilidade do solo. Carla Spak comenta que a fórmula utilizada no estudo  
103 hídrico em Irati foi a mesma utilizada em Curitiba e que ficaria pesado demais;  
104 que vê como interessante reavaliar este estudo para não inviabilizar  
105 empreendimentos, mas que não seja empreendido causando problemas  
106 públicos. Vê como um caminho interessante a iniciar. Perdoncini comentou  
107 utilizar alguns campos de futebol como bacias de contenção. Diz que gostaria de  
108 convidar José Tadeu para apresentar uma solução, em área retificada no rio, em  
109 um projeto de taludes de retenção de água, em área arborizada e de lazer. Carla  
110 Mosele diz que o material desse projeto está disponível para consulta na  
111 secretaria e que foram solicitados projetos de valores do mesmo, mas que não  
112 foi apresentado. Que o projeto poderia ser contemplado em 2022 no setor  
113 financeiro do município, mas não teve retorno. Carla Spak comentou a respeito  
114 das vias do projeto. Carla disse que houve questionamentos sobre algumas  
115 questões do projeto, como em área de APP. Ângelo comentou que não seria  
116 APP, por ser o leito do rio retificado. Diana comentou avaliar ambas as margens  
117 do rio nessa questão. Carla diz que o pedido era para que o projeto fosse  
118 viabilizado com os recursos do Fundo do meio ambiente, mas que o projeto não  
119 pode ser viabilizado por inexistir respaldo legal, e que deveria vir do gestor.  
120 Perdoncini perguntou se o estudo seria de macro ou micro drenagem. Carla Spak  
121 fala que ambos os planos estão contemplados no plano diretor. Comentou que  
122 a Magda apresentaria um estudo dos custos, mas não está presente, estudo este  
123 para a avaliação das áreas consolidadas conforme comentado anteriormente.  
124 Perdoncini comentou que achava que o valor seria para o projeto do José Tadeu.  
125 Diana comentou que poderiam ser abrangidas outras áreas do centro nesse  
126 projeto. Carla Spak comentou a respeito de projeto semelhante executado em



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO  
MEIO AMBIENTE – COMDEMA  
IRATI – PARANÁ**



127 áreas ribeirinhas em União da Vitória, com estruturas disponíveis como campos,  
128 arborização e pista de caminhada, que se houver enchente, não tem problemas  
129 e nem impactos. Carla Mosele comentou que situação semelhante foi levada ao  
130 gestor para solicitar a retirada de pessoas de áreas ribeirinhas, que como  
131 resposta foi dito que não há dinheiro para retirar essas pessoas, que há uma lei  
132 que precisa desapropriar e indenizar, dentre outras situações e hoje seria  
133 inviável ao município, com gasto muito alto. Spak comenta que em União pode  
134 ter ocorrido em áreas de invasão e não teria indenização. Que as obras em União  
135 ampliaram a margem limite do leito do rio considerada enchente. Ângelo  
136 argumenta que o desafio maior do gestor não é o dinheiro e sim os votos; são  
137 desapropriações em áreas que o pessoal se apossou, tanto no centro quanto  
138 nos bairros, como Vila São João e Canisianas, áreas próximas ao rio; são áreas  
139 que pessoas se apossaram e foram ampliadas “a bel prazer”; que falta  
140 fiscalização pelo gestor. Carla Mosele comentou que foi ao gestor na condição  
141 de secretária [em gestão anterior] para conversar quando estouraram vários  
142 loteamentos em Irati, pois já que havia loteamentos, que se retirassem as  
143 pessoas dessas áreas, que não haveria custo com indenizações tão alto, que se  
144 estaria disponibilizando domicílios às pessoas; o gestor respondeu que não, que  
145 teria um custo, que já havia acordo com a Caixa, contratos assinados e haveria  
146 de quebrar contratos. Esta situação foi relatada pelo Veríssimo. São locais em  
147 que a pessoa tinha um pedaço de terra e depois tomou mais outro. Não teve  
148 conversa. Na última reunião presenciada no CONDIR, foi falado que eles  
149 repassam inicialmente a questão de custos, tem de indenizar a pessoa, uma  
150 situação absurda, que oneraria o caixa do município. Spak comentou outra  
151 situação relatada no grupo pelo Ângelo, com respeito ao parque da Vila São  
152 João. Ele considera que o Conselho deve produzir um documento solicitando  
153 que a Secretaria de urbanismo se manifeste a respeito do projeto do parque da  
154 Vila, como eles estão atendendo as legislações. Ângelo comentou que eles  
155 [secretaria de urbanismo] falaram que o projeto passou por IAT; que ele pediu  
156 anteriormente o projeto para analisar. Alguns comentaram que não tem. “Que se  
157 na lei está 30 metros, ok, aceitará”. Mas que houve a construção de diversas  
158 estruturas em área com margem de 5 metros, como pista de caminhada e  
159 tanque. Que se é área de nascente, 50 metros. Que se tem que se fazer um  
160 bolsão. Que se necessário, que seja avaliada pelo conselho. Que em  
161 deslocamento nas áreas próximas visualizou uma retroescavadeira no local,  
162 “detonando e detonando” próximo à área do córrego, no máximo a uns 3 metros.  
163 Que encaminhou foto da situação no grupo de comunicação do Conselho. Diana  
164 comentou também a respeito da área de estacionamento do supermercado New.  
165 Ângelo comentou que devem ser pedidos esclarecimentos, que seja pedido na  
166 íntegra o projeto da área. Carla Mosele comentou que em gestão anterior do  
167 Conselho, estando ela na condição de secretária, chegou ao COMDEMA uma  
168 denúncia, na qual foi solicitado auxílio ao Observatório Social, porque o pessoal



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO  
MEIO AMBIENTE – COMDEMA  
IRATI – PARANÁ**



169 foi in loco, teve registro fotográfico, que se tratava de grave situação ambiental,  
170 até [passível de caracterizar-se] como crime. Que eles [representantes da  
171 municipalidade] simplesmente falaram que dariam um retorno ao Observatório,  
172 solicitado por escrito, bem como relatar também a situação das áreas próximas  
173 ao córrego. Que não houve resposta do ofício, nem ao COMDEMA nem ao  
174 Observatório, que ainda está no aguardo da apresentação do projeto. Que o  
175 referido projeto não existiria, mas sim lhe foi relatado que haveria apenas um  
176 projeto da construção, um projeto paisagístico. Ângelo sugeriu, pedindo auxílio  
177 também à Dr<sup>a</sup>. Gabriela, que o COMDEMA tivesse à sua disposição um  
178 advogado. Carla Mosele comentou que a OAB se desligou do Conselho, por isso  
179 não há a presença de representante. Ângelo comentou que suas decisões são  
180 avaliadas e embasadas pela lei, mas que não conhece tudo. Que um advogado  
181 orientaria os caminhos das decisões, e na situação do projeto do parque, se nada  
182 foi feito até o momento, classifica que nada mais justo juntar documentação  
183 pertinente e acionar o município; que, antes de conselheiro, considera também  
184 os pares como munícipes. Que se há adendos a outros loteamentos, como o do  
185 Gomes, [o município] não pode fazer o que quer lá [na área do parque da Vila].  
186 Dr<sup>a</sup>. Gabriela comentou que a questão pode ser enviada ao MP, para a  
187 instauração de inquérito pela questão de não resposta às instituições. Caso  
188 levado ao MP, sem ocorrer resposta, pode incidir em crime. Que neste caso é  
189 obrigatório a resposta. Que na apresentação, se o MP não classificar como  
190 adequado o projeto, pode levar a instauração de ação civil pública para  
191 adequações e correções do referido projeto. Carla Spak argumenta sobre o  
192 parque, não deixando a questão ambiental, mas na esfera social, o parque “é O  
193 sonho dos moradores do entorno”; considera, pelo viés social, o parque para os  
194 moradores, um benefício; diz que até poderia haver um melhor projeto de  
195 arborização, ampliar vegetação próxima ao leito do rio. Diana comentou que o  
196 projeto foi apenas falado, porém não foi apresentado. Ângelo diz que deve  
197 avaliar a questão como um todo e não como morador do bairro; sendo assim,  
198 havia outros locais com sérios problemas, como no parque aquático no Rio  
199 Bonito. Comenta que projetos semelhantes são executados em um local e em  
200 outro não. Diana reitera que há outras questões envolvidas; que na Vila o terreno  
201 já era da prefeitura, sendo que no projeto citado do Sr. Smolka seria área  
202 particular e a prefeitura necessitaria adquirir o mesmo. Carla Spak comenta que  
203 a área estava abandonada e o local foi revitalizado; que na área, em gestão  
204 anterior, seria implantada uma indústria; que a questão social é considerada,  
205 mas deve-se ver o que há de projeto em relação à questão ambiental. Diana  
206 comentou que não adianta falar que tem. Que em conversa com antigo diretor  
207 do Colégio Florestal havia programa para recomposição de matas ciliares na  
208 região, mas não foi apresentado. Que se é para avaliar a questão de todos os  
209 parques, que seja avaliada a questão de lançamento de esgoto no parque  
210 aquático; para resolver todos os problemas. Ângelo comentou que a questão do



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO  
MEIO AMBIENTE – COMDEMA  
IRATI – PARANÁ**



211 parque já tem agendada reunião com a associação. Carla Mosele fala para os  
212 conselheiros darem um passo de cada vez, para solicitar os projetos, para  
213 analisar documentação; depois poderiam propor melhorias; que a função do  
214 Conselho é para avaliar e apontar os problemas e solicitar ao gestor municipal e  
215 o legislativo que tomem a causa; que não se tem poder de polícia; que se  
216 apontem os problemas e sejam cobradas as melhorias. Que será mandado ofício  
217 à Secretaria de Urbanismo e à Secretaria de Meio Ambiente para ver a questão  
218 do projeto hídrico; solicitar ofício também sobre o projeto do Parque da Vila São  
219 João, para que seja dada resposta. Solicitar ofício ao MP para apresentação da  
220 documentação. João comentou que não seria interessante solicitar a  
221 apresentação do projeto aos conselheiros, não apenas a disponibilização do  
222 projeto. Diana comentou que, em sua impressão, que foram efetuadas várias  
223 obras na área da Vila, de acordo com o orçamento, mas sem planejamento.  
224 Carla Spak não vê a situação como ruim, mas que se deve avaliar o que se pode  
225 fazer para melhorar a questão ambiental da área. Diana comentou que uma obra  
226 de banheiros efetuada no parque seria destinada ao Parque Aquático, mas foi  
227 deslocada para o parque da Vila. Que deve ser apresentado o projeto definitivo  
228 da vila, com toda a infra-estrutura; que daqui a pouco vai se tornar uma coisa  
229 horrível. Dr<sup>a</sup>. Gabriela perguntou se o Conselho tem conhecimento sobre uma  
230 audiência pública sobre a Ferroeste; que seria importante enviar representante  
231 na reunião, dia 27 de maio no pavilhão do Parque Aquático. Carla comentou que  
232 muitos já solicitaram a retirada dos trilhos do centro da cidade. Gerson Musial  
233 alertou aos conselheiros para avaliar esta questão com atenção; que é um  
234 projeto forte politicamente; que o projeto seja bem avaliado. Carla Mosele  
235 comentou a respeito de questões da retirada dos trilhos do centro da cidade.  
236 Sobre questões históricas dos trilhos no desenvolvimento da cidade, mas que se  
237 deve estar atento à reunião para verificar as questões apresentadas. João  
238 comentou sobre a perda de benefícios caso haja a retirada da ferrovia do  
239 município. Vanderlei Kawa comentou que projetos turísticos poderiam ser  
240 desenvolvidos utilizando a linha ferroviária; Gerson comentou também de projeto  
241 semelhante. Wanderlei Perdoncini comentou sobre um alerta efetuado pelo Sr.  
242 Trajano na alteração do trecho em obras da rodovia PR 364 no Riozinho; que as  
243 alterações ocasionariam na retirada de trechos de floresta com araucária. Carla  
244 Spak comentou que o projeto já foi aprovado. Gerson questionou se o projeto  
245 passou por órgãos ambientais, e Carla fez que foi realizada consulta pública, foi  
246 apresentado o projeto e que a captação de recursos junto ao BID foi realizada  
247 com o projeto aprovado. Carla Spak comenta que este desvio foi projetado tendo  
248 em vista questões de indenização, que deveriam ser retirados muitos moradores  
249 para a execução da obra no mesmo trecho. Gerson comentou sobre mitigações,  
250 questionando onde haveria compensações da área florestal retirada. Carla Spak  
251 comentou que deveria ser avaliado o que está apresentado no projeto. Que as  
252 indenizações estão em via de execução. Vanderlei Kawa falou de uma



**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO  
MEIO AMBIENTE – COMDEMA  
IRATI – PARANÁ**



253 passagem de um Freixal, na qual dizia “que o progresso de uma cidade, um país,  
254 é derrubar florestas”. Carla Spak e Wanderlei Perdoncini comentam sobre a  
255 construção do viaduto. Carla Mosele pergunta se há mais alguma questão a ser  
256 levantada pelos conselheiros. Informa o Conselho sobre a disponibilização de  
257 fotocópias, que não possui mais folhas e material de expediente, e solicitará por  
258 ofício, o material de expediente; diz no regimento, que o gestor deve dar suporte  
259 aos Conselhos; que em situações de muitas cópias, que sejam solicitadas a  
260 impressão à prefeitura. Gerson comentou sobre a disponibilização de recursos  
261 aos Conselhos, e também sobre rateio de recursos. Carla Mosele informou a  
262 demais conselhos para solicitar auxílio nesta questão. Ângelo reforça a questão  
263 da disponibilização de advogado. Carla Mosele explicou a situação apresentada  
264 pela OAB para pedir o desligamento; que foi uma questão interna; que não  
265 chegou a conversar com o responsável pela OAB sobre a questão da cadeira no  
266 Conselho. Ângelo perguntou novamente como poderia se conseguir um  
267 advogado pelo Conselho. Carla Mosele argumentou que seria na condição de  
268 voluntário; que o gestor não possui condições de pagar. Que solicitaria outro  
269 funcionário para trabalhar no Conselho, mas não tem onde alocá-lo. Carla Spak  
270 relata sobre a participação, em conjunto com o Sr. Gerson, do Observatório  
271 Social, em um curso *on line* do TCU sobre o papel dos conselheiros junto aos  
272 conselhos municipais; o papel da publicidade das pautas e das reuniões. Que  
273 seria relevante disponibilizar o acesso para todos. Comentou sobre exemplos de  
274 processos do Conselho de Guarapuava. Carla Mosele informou que já está  
275 disponível o site da Casa dos Conselhos; que está sendo disponibilizado material  
276 como atas, leis, regimentos e documentos. Que se os conselheiros quiserem  
277 disponibilizar material, que encaminhem. Gerson reforça o convite para a  
278 participação no curso sobre conselheiros. Carla Mosele comentou sobre a  
279 possibilidade de o palestrante do Observatório realizar uma fala para os  
280 conselheiros; citou algumas questões apresentadas no curso. Carla Spak  
281 informa que onze entidades participaram da reunião extraordinária. Carla Mosele  
282 agradece a presença de todos e encerra a reunião. Eu, José Osvaldo Kozlinski,  
283 redigi e assino a presente ata, juntamente com a presidente.